

LEGISLAÇÃO FEDERAL PERTINENTE AO PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

26ª - PORTARIA MEC Nº 2.151, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2023

Instala a Mesa Setorial de Negociação Permanente no âmbito do Ministério da Educação - MEC.

<http://www.abmes.org.br/legislacoes/detalhe/4562/portaria-mec-n-2.151>

25ª - INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA SGP-SRT-SEGES/MGI Nº 52, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2023

Estabelece orientações a serem observadas pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - Sipec e do Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - Siorg, relativas às regras de gestão de pessoas no âmbito do Programa de Gestão e Desempenho - PGD.

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-conjunta-sgp-srt-seges/mgi-n-52-533454345>

24ª - INSTRUÇÃO NORMATIVA SRT/MGI Nº 49, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023

Altera a Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 54, de 20 de maio de 2021, que dispõe sobre os critérios e procedimentos gerais a serem observados pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC), nas situações de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve, para o desconto da remuneração correspondente aos dias de paralisação e para a elaboração do respectivo Termo de Acordo para compensação de horas não trabalhadas.

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-srt/mgi-n-49-de-20-de-dezembro-de-2023-532735972>

23ª - INSTRUÇÃO NORMATIVA SRT/MGI Nº 34, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023

Altera a Instrução Normativa nº 2, de 12 de setembro de 2018, que estabelece orientação, critérios e procedimentos gerais a serem observados pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, quanto à jornada de trabalho de que trata o art. 19 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, regulamentado pelo Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, e pelo Decreto nº 1.867, de 17 de abril de 1996, que dispõem sobre o controle eletrônico de frequência e a compatibilidade de horários na acumulação remunerada de cargos, empregos e funções, aplicáveis aos servidores públicos em exercício nos órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

<https://legis.sigepe.gov.br/legis/detalhar/24254>

22ª - LEI Nº 14.695, DE 10 DE OUTUBRO DE 2023

Altera a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, para proporcionar acesso a bolsas de pesquisa, de desenvolvimento, de inovação e de intercâmbio a alunos, a docentes, a ocupantes de cargo público efetivo, a detentores de função ou emprego público e a pesquisadores externos ou de empresas efetivamente envolvidos nessas atividades, e a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, para prever a concessão das mesmas bolsas a ocupantes de cargo público efetivo de técnico-administrativo que atuem em instituições federais de ensino e que estejam envolvidos nas referidas atividades.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14695.htm#:~:text=Altera%20a%20Lei%20n%C2%BA%2011.892,ou%20de%20empresas%20efetivamente%20envolvidos

21ª - INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA SEGES-SGPRT /MGI Nº 24, DE 28 DE JULHO DE 2023

Estabelece orientações a serem observadas pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - Sipec e do Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - Siorg, relativas à implementação e execução do Programa de Gestão e Desempenho - PGD.

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-conjunta-seges-sgprt/mgi-n-24-de-28-de-julho-de-2023-499593248>

20ª - DECRETO Nº 11.072, DE 17 DE MAIO DE 2022

Dispõe sobre o Programa de Gestão e Desempenho - PGD da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-11.072-de-17-de-maio-de-2022-401056788>

19ª - DECRETO Nº 10.506, DE 2 DE OUTUBRO DE 2020

Altera o Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento.

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.506-de-2-de-outubro-de-2020-281071682>

18ª - INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 65, DE 30 DE JULHO DE 2020

Estabelece orientações, critérios e procedimentos gerais a serem observados pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC relativos à implementação de Programa de Gestão.

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-65-de-30-de-julho-de-2020-269669395>

17ª - INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 28, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto à autorização para o serviço extraordinário, à concessão do auxílio-transporte, do adicional noturno e dos adicionais ocupacionais aos servidores e empregados públicos que executam suas atividades remotamente ou que estejam afastados de suas atividades presenciais, nos termos da Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020, e dá outras providências.

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-28-de-25-de-marco-de-2020-249807751>

16ª - INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 21, DE 16 DE MARÇO DE 2020

Altera a Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020, que estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-21-de-16-de-marco-de-2020-248328867>

15ª - INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 201, DE 11 DE SETEMBRO DE 2019

Dispõe sobre os critérios e procedimentos específicos para a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas, de que trata o Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, pelos órgãos integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC.

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-201-de-11-de-setembro-de-2019-215812638>

14ª - DECRETO Nº 9.991, DE 28 DE AGOSTO DE 2019

Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9991.htm

13ª - LEI Nº 12.772, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012

Altera remuneração do Plano de Cargos Técnico-Administrativos em Educação; altera as Leis nºs 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 11.784, de 22 de setembro de 2008, 11.091, de 12 de janeiro de 2005, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, 11.357, de 19 de outubro de 2006,

11.344, de 8 de setembro de 2006, 12.702, de 7 de agosto de 2012, e 8.168, de 16 de janeiro de 1991; revoga o art. 4º da Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012; e dá outras providências.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12772.htm

12ª - LEI Nº 11.784, DE 22 DE SETEMBRO DE 2008

Dispõe sobre a reestruturação do PCCTAE, de que trata a Lei no 11.091/2005, dentre outros.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11784.htm

11ª - DECRETO Nº 5.825, DE 29 DE JUNHO DE 2006

Estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do PCCTAE, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5825.htm

10ª - DECRETO Nº 5.824, DE 29 DE JUNHO DE 2006

Estabelece os procedimentos para a concessão do Incentivo à Qualificação e para a efetivação do enquadramento por nível de capacitação dos servidores integrantes do PCCTAE, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5824.htm

09ª - PORTARIA Nº 9, DE 29 DE JUNHO DE 2006

Dispõe sobre os cursos de capacitação que não sejam de educação formal, que guardam relação direta com a área específica de atuação do servidor, integrada por atividades afins ou complementares.

http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/canalcgpp/portarias/pt09_2006.pdf

08ª - LEI Nº 11.233, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005

Institui o Plano Especial de Cargos da Cultura e a Gratificação Específica de Atividade Cultural - GEAC; cria cargos de provimento efetivo; altera dispositivos das Leis nºs 10.862, de 20 de abril de 2004, 11.046, de 27 de dezembro de 2004, 11.094, de 13 de janeiro de 2005, 11.095, de 13 de janeiro de 2005, e 11.091, de 12 de janeiro de 2005; revoga dispositivos da Lei nº 10.862, de 20 de abril de 2004; e dá outras providências.

07ª - PORTARIA Nº 2.562, DE 21 DE JULHO DE 2005

Dar nova redação aos arts. 2º, 3º e 5º da Portaria no 2.519, de 15 de julho de 2005.

http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/canalcgpp/portarias/pt2562_2005.pdf

06ª - PORTARIA Nº 2.519, DE 15 DE JULHO DE 2005 (alterada pela Portaria 2.562/2005)

Institui a Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnicos Administrativos em Educação, composta por representantes dos servidores.

<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/canalcgpp/portarias/pt251905.pdf>

05ª - PORTARIA Nº 655, DE 1º DE MARÇO DE 2005

Institui a Comissão Nacional de Supervisão do PCCTAE.

<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/canalcgpp/portarias/pt65505.pdf>

04ª - LEI Nº 11.091, DE 12 DE JANEIRO DE 2005

Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério

da Educação, e dá outras providências.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11091.htm

03ª D) - VOLUME 2 - DESCRIÇÃO DO PLANO ÚNICO DE CLASSIFICAÇÃO E REDISTRIBUIÇÃO DE CARGOS E EMPREGOS

[Volume 2_PUCRCE.pdf](#)

03ª C) - VOLUME 1 - DESCRIÇÃO DO PLANO ÚNICO DE CLASSIFICAÇÃO E REDISTRIBUIÇÃO DE CARGOS E EMPREGOS

[Volume 1_PUCRCE.pdf](#)

03ª B) - PORTARIA 475, DE 27 DE AGOSTO DE 1987

Expede Normas Complementares para a execução do Decreto n° 94.664, de 23 de julho de 1987.

<https://legis.sigepe.planejamento.gov.br/legis/detalhar/2919>

03ª A) - DECRETO N° 94.664, DE 23 DE JULHO DE 1987

Aprova o Plano Único de Classificação e Redistribuição de Cargos e Empregos de que trata a Lei n° 7.596, de 10 de abril de 1987.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d94664.htm

02ª A) - OFÍCIO CIRCULAR N° 01/2017/COLEP/CGGP/SAA-MEC DE 14 DE MARÇO DE 2017

Torna sem efeito o Ofício Circular n° 015/2005/CGGP/SAA/SE/MEC, de 28 de novembro de 2005

<https://dgp.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/20/2016/09/Ofício-Circular-no-1-2017-COLEP-CGGP-SAA-MEC-Carreira-PCCTAE.pdf>

02ª - OFÍCIO CIRCULAR N° 015/2005/CGGP/SAA/SE/MEC, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2005

Dispõe sobre a descrição do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (tornado sem efeito pelo Ofício Circular n° 1/2017/COLEP/CGGP/SAA-MEC)

<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=13256>

01ª - LEI N° 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990

Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8112cons.htm